

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL / ESCOLA DE  
ADMINISTRAÇÃO**

**Departamento de Ciências Administrativas**

**Professora Dr<sup>a</sup>. Denise L. Bandeira**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**DEZEMBRO, 2009**

**Wagner Guterres - Matrícula 161573**

Wagner Guterres

**A política de taxa de juros de uma IMF: O caso da Instituição  
Comunitária de Crédito Portosol**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**DEZEMBRO, 2009**

**Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Departamento de Ciências Administrativas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Administração.**

**Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Denise L. Bandeira**

**Wagner Guterres**

**A política de taxa de juros de uma IMF: O caso da Instituição  
Comunitária de Crédito Portosol**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Departamento de Ciências Administrativas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Administração.**

**Conceito Final: .....**

**Aprovado em .....de.....de 2007.**

**BANCA EXAMINADORA:**

---

**Prof. Dr<sup>a</sup>. Edi M. Fracasso**

---

**Economista Cristiano Mross – Diretor Executivo ICC Portosol**

---

**Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Denise L. Bandeira**

## RESUMO

O presente trabalho objetiva auxiliar a compreensão sobre a dinâmica do microcrédito e suas operadoras, no caso brasileiro, as OSCIP microcreditícias. Levando em conta que essas instituições são a via mais fácil de acesso de empreendedores de baixa renda a financiamento de suas atividades, esse estudo espera disponibilizar informações, esclarecer dúvidas e sugerir adequações nas taxas de juros cobradas por elas, visando à sua sustentabilidade no longo prazo. Nesse contexto, procurou-se analisar a política de taxas de juros dessas instituições através de um estudo de caso, realizado com a Instituição Comunitária de Crédito Portosol, utilizando-se de suas demonstrações contábeis, relatórios internos e observações diretas feitas pelo autor, além compará-la com seus custos e definir níveis ideais para atingir a sustentabilidade financeira. Os meios de investigação iniciaram-se com uma pesquisa bibliográfica para retratar o cenário atual do microcrédito e de suas operadoras no mundo e no Brasil e verificar se constatações de estudiosos da área se aplicam à organização estudada. Com isso, partiu-se de análises gerais, feitas por esses autores, em direção àquelas mais específicas, desenvolvidas durante o estudo. Isso facilitou o entendimento e proporcionou as condições para a realização do trabalho de maneira mais objetiva.

Palavras-chave: microcrédito, OSCIP, custos.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Demonstrativo de produtos em 2008.....	18
Gráfico 1 – Comparativo de variações entre valores da carteira ativa e valores das despesas.....	46
Gráfico 2 – Comparativo de variações entre carteira ativa e número de clientes.....	47

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Resultados Portosol em 11 anos de atuação (1997 – 2008).....	12
Tabela 2 - Posição de 2006 a 2008.....	13
Tabela 3 – Porcentagem dos clientes por tipo.....	13
Tabela 4 - Distribuição dos clientes atendidos, por setor (em %).....	13
Tabela 5 – Perfil dos Empréstimos.....	14
Tabela 6 – Despesas 2008.....	37
Tabela 7 – Receitas 2008.....	38
Tabela 8 – Carteira Ativa 2008.....	39
Tabela 9 – Resultado 2008.....	40
Tabela 10 – Valores 2008.....	42

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AJE – ASSOCIAÇÃO DE JOVENS EMPRESÁRIOS  
CEAPE – CENTRO DE APOIO A PEQUENOS EMPREENDIMENTOS  
CDB – CERTIFICADO DE DEPÓSITO BANCÁRIO  
CDI – CERTIFICADO DE DEPÓSITO INTERBANCÁRIO  
CGAP – CONSULTATIVE GROUP TO ASSIST THE POOR  
DRE – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO  
FEDERASUL – FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES COMERCIAIS E DE SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL  
ICC – INSTITUIÇÃO COMUNITÁRIA DE CRÉDITO  
IMF – INSTITUIÇÃO DE MICROFINANÇAS  
IOM – INSTITUIÇÃO OPERADORA DE MICROCRÉDITO  
IPCA – ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO  
IPTU – IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO  
IPVA – IMPOSTO SOB PROPRIEDADE DE VEÍCULO AUTOMOTOR  
MTE – MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
ONG – ORGANIZAÇÃO NÃO-GOVERNAMENTAL  
OSCIP – ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO  
PCLD – PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA  
PMPA – PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE  
PNMPO – PROGRAMA NACIONAL DO MICROCRÉDITO PRODUTIVO E ORIENTADO  
SCM – SOCIEDADE DE CRÉDITO AO MICROEMPREENDEDOR  
SPC – SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO  
TAC – TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DE CRÉDITO

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>08</b>
<b>2</b>	<b>DEFINIÇÃO DO TEMA DE ESTUDO.....</b>	<b>09</b>
2.1	A INSTITUIÇÃO COMUNITÁRIA DE CRÉDITO PORTOSOL.....	09
2.2	POLÍTICA DE CRÉDITO.....	14
2.3	LINHAS DE CRÉDITO.....	14
2.4	MODALIDADES DE CRÉDITO.....	15
2.5	PRAZOS.....	15
2.6	GARANTIAS.....	16
2.7	SOLICITAÇÃO E APROVAÇÃO DO CRÉDITO.....	17
2.8	ENCARGOS.....	17
2.9	PRODUTOS.....	17
2.10	O PROBLEMA.....	20
<b>3</b>	<b>JUSTIFICATIVA.....</b>	<b>22</b>
<b>4</b>	<b>CONTEXTUALIZAÇÃO DO MICROCRÉDITO.....</b>	<b>23</b>
4.1	O CUSTO DA OPERAÇÃO DE MICROCRÉDITO.....	26
4.2	TAXA DE JUROS.....	28
4.3	COMPONENTES DA TAXA DE JUROS.....	28
<b>5</b>	<b>OBJETIVOS.....</b>	<b>32</b>
5.1	GERAL.....	32
5.2	ESPECÍFICOS.....	32
<b>6</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>33</b>
7	RESULTADOS.....	36
<b>7.1</b>	<b>APLICAÇÃO DOS VALORES À FÓRMULA.....</b>	<b>41</b>
7.2	DEFINIÇÃO DO PONTO DE EQUILÍBRIO.....	43
7.3	ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	45
<b>8</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>48</b>
8.1	RECOMENDAÇÕES.....	50
8.2	SUGESTÕES.....	51
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>52</b>
	<b>ANEXO.....</b>	<b>56</b>



## 1 INTRODUÇÃO

A expansão do crédito no Brasil vem facilitando a chegada de recursos às mãos de pessoas que antes não dispunham desse serviço. No entanto, grande parcela da população ainda carece de capital para alavancar seus empreendimentos. Esse papel é o que as OSCIPs de microcrédito vêm cumprindo, à medida que buscam disponibilizar empréstimos àqueles que estão excluídos do sistema financeiro tradicional. Porém, como não são instituições bancárias, essas organizações não podem trabalhar nos mesmos moldes que os bancos, visto que têm pouca escala de operações e um menor leque de produtos.

Para que se mantenham no mercado cumprindo sua função, se faz necessário que trabalhem com taxas de juros adequadas, que garantam rendimentos suficientes para cobrir seus custos. Assim, o foco deste trabalho é entender e avaliar matematicamente a política de taxas de juros de uma instituição operadora de microcrédito, em relação a sua estrutura de custos. Com isso, espera-se que os resultados sejam de grande valia aos estudiosos do setor quando forem avaliar financeiramente alguma dessas instituições, e gestores, quando precisarem de uma ferramenta de apoio para definirem os patamares de taxa que pretendem praticar.

## 2 DEFINIÇÃO DO TEMA DE ESTUDO

Por se tratar de uma prática financeira de combate aos problemas sociais adotada ao redor do mundo, com o intuito de apoiar as camadas de mais baixa renda da população a desenvolverem-se economicamente, deixar a informalidade e inserirem-se no sistema financeiro tradicional (YUNUS, 2000), o microcrédito tem ganhado enfoque tanto na imprensa quanto em trabalhos acadêmicos. O reconhecimento de sua eficácia no combate à pobreza ensejou no Brasil a criação de vários programas de microcrédito e Instituições que o operam, como o Banco da Mulher (Rio de Janeiro), o Promicro (Distrito Federal), o Centro Ana Terra (Rio Grande do Sul), além da ICC Portosol (Rio Grande do sul).

As Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) de microcrédito, também conhecidas como Instituições de Microfinanças (IMF) principais atores do mercado brasileiro, via de regra, são também o maior alvo de críticas pela sua dificuldade de expansão e penetração junto àqueles que precisam. Os juros relativamente altos são o foco principal de ataques de autoridades governamentais - que tentam, pautando a utilização de recursos de financiamento ao microcrédito, estabelecer tetos para as taxas cobradas quando utilizados esses recursos - além daqueles ataques da própria opinião pública, que toma como base os juros cobrados por instituições bancárias em financiamentos ao consumo para fazer o comparativo.

A sucessão de fatos como a imposição de teto para as taxas de juros cobradas pelas OSCIP quando se valem de recursos financeiros providos de fundos públicos para *funding*, a redução das taxas cobradas pelos bancos para o crédito ao consumidor e a sucessiva implantação de efêmeros programas de microcrédito desenvolvidos no âmbito das prefeituras e governos estaduais com empréstimos subsidiados e de caráter quase assistencialista acarretam em uma crescente pressão sobre as entidades microcreditícias (SOUZA, 2006). Também para isso, colabora o entendimento por parte dos agentes reguladores de que o microcrédito deve cumprir seu papel de catalisador da economia na população de baixa renda, penetrando nas comunidades excluídas e alcançando os que necessitam de crédito, porém com juros baixíssimos, pois, em tese, quanto mais

pobre o tomador maior seria o impacto da taxa em seu orçamento. Conforme coloca MATOS (2002, p.7):

Conceitualmente, cunham-se dois extremos entendimentos de como deve a entidade calcular suas taxas de juros: de forma filantrópica, ou estritamente financista. No primeiro caso, defende-se que a organização de microcrédito deve se valer de uma taxa de juros igual a zero, por ter propósitos unicamente sociais (será uma abordagem possível, principalmente quando o fundo disponibilizado para esta entidade realizar seus empréstimos for oriundo de doações). Na outra ponta, defende-se que a taxa de juros cobrada pela organização de microcrédito deve ser igual àquela vigente no mercado, o que evitaria distorções financeiras e cultivaria nos tomadores a cultura de tratar seus empreendimentos de forma mais diligente.

A realidade mostra que as OSCIP de microcrédito brasileiras praticam taxas de mercado, conforme levantamento do Sebrae:

O uso do microcrédito de forma indevida, sobretudo como instrumento de assistencialismo (incluindo os subsídios), tem sido considerado um exemplo a não ser seguido, na medida em que essa prática estabelece vícios, tais como o clientelismo e a dependência (em vez de liberdade), os quais não são compatíveis com o empreendedorismo e com o propósito de promover a responsabilidade e sustentabilidade econômica das populações mais pobres. (SEBRAE)

Por outro lado, taxas abaixo do necessário já teriam levado à extinção aquelas que não contam com constantes subsídios e doações. Tal equação deve ser feita levando-se em consideração os altos custos de manutenção.

## 2.1 A INSTITUIÇÃO COMUNITÁRIA DE CRÉDITO PORTOSOL

A Instituição Comunitária de Crédito Portosol é uma OSCIP de Microcrédito<sup>1</sup>, que opera com crédito produtivo orientado desde 1997. Foi a primeira instituição de microcrédito no Brasil constituída com recursos de órgãos governamentais. A partir dela, o microcrédito passou a ser considerado como política pública de desenvolvimento.

Entre os sócios fundadores da OSCIP, estão o Governo do Estado do Rio

---

1 ONG cadastrada no Ministério da Justiça, constituídas como entidades de direito privado, sem fins de lucro e qualificadas pelo Ministério da Justiça como de interesse público, nos termos da Lei nº 9.790/99.

Grande do Sul; a prefeitura Municipal de Porto Alegre; a Federação das Associações Empresariais do Estado do Rio Grande do Sul – FEDERASUL e a Associação dos Jovens Empresários de Porto Alegre – AJE/POA.

A ICC PORTOSOL foi criada em 17 de janeiro de 1996, na cidade de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, a partir de uma iniciativa da Prefeitura Municipal da cidade (PMPA), pouco antes de ocorrer no País um despertar de interesse em torno do tema. Debruçada originalmente sobre a proposta de criação de um banco múltiplo municipal, a PMPA evoluiu posteriormente para a ideia de formação de uma agência de crédito popular. E fez isso por duas razões fundamentais:

- a) A criação de um banco era uma operação extremamente difícil e de alto risco, já que estava em andamento um ajuste de largas proporções no setor financeiro;
- b) um banco municipal inserido no sistema financeiro convencional seria incapaz de atender ao público que era o alvo prioritário: os pequenos e os microempresários.

Com base em dois instrumentos legais, a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, em parceria com o PRORENDA Microempresas/RS e a Sociedade Alemã de Cooperação Técnica – GTZ, tomou uma série de iniciativas de estudo e debates que possibilitaram uma melhor compreensão do modelo de organização de microcrédito a ser criada.

Do ponto de vista político, o mais importante consenso construído em torno da proposta, praticamente desde o início do processo, era que o controle da Instituição não deveria ficar a cargo da municipalidade. Tal decisão foi tomada no sentido de garantir à iniciativa um caráter público não-estatal.

A Instituição Comunitária de Crédito Portosol opera com crédito produtivo orientado. Os serviços microfinanceiros oferecidos pela ICC possuem características específicas, sobretudo no que se refere ao movimento de pequenas somas de dinheiro que se destinam, predominantemente, às pessoas de baixa renda, em boa

parte, excluídas do Sistema Financeiro tradicional. Também desenvolve a atividade de orientar os empreendedores atendidos com o intuito de garantir a sustentabilidade do empreendimento e evitar aumento de inadimplência. De acordo com esses pressupostos, o crédito deverá:

- a) Possuir um baixo custo de transação para o cliente e um custo operacional o mais reduzido possível;
- b) possuir condições diferenciadas (mais flexíveis e adequadas) das adotadas pelo Sistema Financeiro tradicional, de forma a atingir a clientela sem acesso a esse sistema.

A entidade possui três pontos de atendimento com estrutura própria, sendo sua matriz em Porto Alegre e duas filiais, sendo uma em Novo Hamburgo e outra em Cachoeirinha. Além disso, conta com aproximadamente 30 correspondentes e sete veículos que agilizam o trabalho de campo, por toda a região metropolitana de Porto Alegre. Durante seus mais de dez anos de atuação, a Portosol apresenta os resultados abaixo:

**Tabela 1 - Resultados Portosol em 11 anos de atuação (1997 – 2008)**

ITEM	RESULTADO
VALOR TOTAL EMPRESTADO	R\$ 121.952.547
TOTAL DE CRÉDITOS CONCEDIDOS	108.146
VALOR MÉDIO DOS CRÉDITOS	R\$ 1.127,66

Fonte: Sistema de Informação Portosol – Dezembro de 2008

**Tabela 2 - Posição de 2006 a 2008**

ITEM	2006	2007	2008
Valor total emprestado R\$	2.708.671	2.224.485	2.229.119
Quantidade de créditos concedidos	1.942	1.489	1.477
Nº de Contratos Ativos	1332	1040	1058
Carteira Ativa R\$	2.429.777	2.012.004	2.049.184
% Carteira Inadimplente > 30d	6,25	5,36	3,8

Fonte: Sistema de Informação Portosol

**Tabela 3 – Porcentagem dos clientes por tipo**

ITEM	VALOR
Nº. de Microempreendedores:	12.660
Pessoa Física	84%
Pessoa Jurídica	16%
Gênero: masculino	49 %
Gênero: feminino	51%

Fonte: Sistema de Informação Portosol – Carteira em 31/12/08

**Tabela 4 - Distribuição dos clientes atendidos, por setor (em %)**

SETOR	PERCENTUAL
Indústria	16,00
Comércio	44,00
Serviços	40,00
TOTAL	100,00

Fonte: Sistema de Informação Portosol – Carteira em 31/12/08

**Tabela 5 – Perfil dos Empréstimos**

TIPO DE EMPRÉSTIMO		GARANTIAS	
GIRO	92%	REAIS	48,2%
FIXO	6,3%	AVAL	17,4%
MISTO	1,7%	SOLIDÁRIA	2,1%
		MISTA	27,3%

Fonte: Sistema de Informação Portosol – Carteira em 31/12/08

## 2.2 POLÍTICA DE CRÉDITO

A política do fundo rotativo de crédito da PORTOSOL é regida por um regulamento de crédito aprovado pelo Conselho de Administração da instituição. As condições de concessão do crédito, compreendendo o conjunto de produtos microfinanceiros da entidade, são disciplinadas em normas internas específicas. Essas regras são revisadas semestralmente ou sempre que se constata a necessidade de adaptações com vistas ao melhor enquadramento do produto ao cliente.

A concessão de crédito atende preferencialmente a uma política de conquista de ganhos progressivos no que diz respeito a montantes e prazos, considerando-se exclusivamente as necessidades específicas de cada negócio, bem como a análise do financiamento que tem base nos 5 C's do crédito: caráter, capital, condições do negócio, capacidade de pagamento e *Collateral* (garantias). No caso de crédito a grupo solidário, a análise é individual, visando avaliar as condições de cada cliente em particular, assim como a manter a homogeneidade do crédito aos participantes do grupo.

## 2.3 LINHAS DE CRÉDITO

A instituição possui linhas de crédito diferenciadas, segundo a destinação dos recursos, perfil sócio-econômico e necessidade da clientela. Os créditos são concedidos para:

a) Capital de Giro - Destinado à aquisição de mercadorias, matérias-primas, insumos, cursos de aperfeiçoamento, marketing e publicidade, pagamento de compromissos do empreendimento, pagamento de IPVA e IPTU, pagamento do 13º salário e desconto de recebíveis.

b) Capital Fixo - Destinado à aquisição, com comprovação de procedência, de ferramentas, máquinas, equipamentos e veículos utilitários, recuperação e/ou conserto de máquinas etc;

c) Capital Misto - Créditos destinados em parte a Capital de Giro e em parte a Capital Fixo.

## 2.4 MODALIDADES DE CRÉDITO

Os créditos são concedidos nas modalidades individual, solidário e associativo. A opção do cliente é condicionada ao atendimento das respectivas especificidades, podendo existir mais de uma operação por cliente, desde que respeitados os critérios definidos em normas internas.

Cabe destacar que, nas operações realizadas com recursos oriundos das fontes regulamentadas pelo Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, a entidade atua com valores, público-alvo, prazos e taxas de acordo com a legislação vigente. O montante mínimo é de R\$ 150,00 para todas as finalidades e o máximo é de R\$ 18.000,00.

## 2.5 PRAZOS

O reembolso do crédito atende a características específicas de cada negócio, e é acordado para sua integralização considerando a política de conquistas progressivas. O reembolso do capital é efetuado em prestações consecutivas e de acordo com o cronograma de amortização estabelecido, com possibilidade de pagamentos semanais, quinzenais ou mensais, observando-se para tal as características específicas de cada negócio e a opção do tomador.



As taxas e os encargos são cobrados nas datas de reembolso do capital. No caso de empréstimos com carência, as taxas são pagas mensalmente, inclusive durante o período da carência.

O prazo mínimo das linhas de crédito é de quatro meses e o máximo vai até 24 meses. O desconto de recebíveis, pela sua peculiaridade, não tem exigência de prazo mínimo, devendo ser respeitado o tempo necessário de operacionalização interna, que é de quatro meses. A carência é tratada como exceção e somente é viabilizada nos casos de investimentos que exijam tempo de maturação, podendo ser de até três meses.

## 2.6 GARANTIAS

O tipo de garantia será adequado à finalidade e à modalidade do crédito, podendo, caso seja necessário, existir uma combinação de garantias, a saber:

- a) Grupo Solidário - No mínimo de três e no máximo sete integrantes, no qual cada um deve desenvolver uma atividade independente. Cada participante do Grupo Solidário, além de tomador de crédito, constitui-se, juntamente com os demais membros do grupo, em co-responsável pelo pagamento do valor total da operação firmada, sem direito a invocar o benefício de ordem;
- b) Aval Individual - Nos empréstimos individuais, para capital de giro, fixo ou misto, o tomador pode apresentar um avalista/fiador que comprometa até 30% da sua renda;
- c) Garantias Reais - São aceitos como garantias reais máquinas e equipamentos (novos e usados), veículos, imóveis e cheques.

## 2.7 SOLICITAÇÃO E APROVAÇÃO DO CRÉDITO

Demonstrando interesse pelo crédito, o cliente fornece os dados cadastrais e solicita o financiamento. Depois de aprovado o cadastro, o agente realiza a visita ao

local do empreendimento para efetuar levantamento de dados e informações pessoais do cliente. Essa etapa do processo visa à avaliação da idoneidade, do caráter e da capacidade empreendedora de quem pleiteia o crédito. A partir dessas informações, são feitos o estudo de viabilidade e a identificação das necessidades de capacitação e apoio técnico. Com isso, a equipe da OSCIP tem condições de emitir um parecer em três dias úteis. Para que o processo seja encaminhado para uma conclusão, os agentes apresentam ao Comitê de Crédito as solicitações, com todas as informações socioeconômicas coletadas junto aos clientes, e registradas nos formulários padrão da PORTOSOL, em conjunto com o seu parecer técnico.

A decisão final sobre a concessão do crédito se dá a partir, fundamentalmente, das considerações sobre a pessoa do tomador. Entre os critérios adotados, estão a sua história de vida, seu caráter, seu comprometimento, sua capacidade empreendedora e garantias que pode oferecer.

## 2.8 ENCARGOS

Em todos os créditos são cobrados:

- a) Atualização monetária do período;
- b) Percentagem para provisão de créditos incobráveis;
- c) Taxa de serviço para cobertura de custos operacionais, de acompanhamento e de orientação técnica;
- e) Taxa de juro, para remunerar o capital emprestado.

## 2.9 PRODUTOS

A Portosol trabalha com dois produtos:

- a) Crédito;

## b) Troca de cheques.

O produto crédito é o simples empréstimo de certa quantia ao tomador, mediante algum tipo de garantia com o pagamento feito posteriormente através de parcelas mensais e corrigidas. A correção é feita de acordo com a tabela *Price*, incidindo a taxa de juros. Já o produto troca de cheques é o adiantamento dos valores de cheques pré-datados mediante um desconto sobre os seus valores nominais.

As taxas de juros para esses produtos variavam de 2 a 6% ao mês, até março de 2009. Isso porque os índices dependem do tipo de operação e eram definidas em conformidade com o porte do empreendimento, com a finalidade do crédito, o histórico de pagamento e o risco mensurado da operação. A partir de então, a taxa foi fixada em 4,36% para o crédito e 3,99% para troca de cheques. Variações nessas taxas são admitidas, por exemplo, quando o cliente possui restrição cadastral (SPC e SERASA). Nesses casos, as taxas de crédito e troca de cheques sobem para 5,5% e 4,36%, respectivamente. É preciso enfatizar que a taxa de desconto sobre o cheque incide sobre o seu valor nominal, o que significa uma taxa real de 4,16%. A tabela a seguir demonstra os produtos em 2008.

**Quadro 1 – Demonstrativo de produtos em 2008**

PRODUTO	MODALIDADE	FINALIDADE	PÚBLICO-ALVO	GARANTIAS	VALORES	TAXA	PRAZO
Capital de Giro	Giro	Compra de matéria-prima, estoque, investimento em propaganda, indenização de funcionários, dívida trabalhista e quitação de compromissos do empreendimento.	Micro e Pequenas empresas, formais ou informais com mais de 6 meses de atividade e sem restrições cadastrais.	Fiador ou avalista; Máquinas e equipamentos novos ou usados; Grupo solidário; Veículos; Imóveis.	Novo/Renovação: de R\$ 200 até R\$ 600. Renovação com bom histórico: até R\$9.000.	4,36% a.m.	Novo/Renovação: até 9 meses; Renovação com bom histórico: até 12 meses.
Financiamento IPVA / IPTU	Giro	Pagamento de IPVA e IPTU, em dia ou atrasados; Pagamento de 13ºsalário.	Micro e Pequenas empresas, formais ou informais com mais de 6 meses de atividade e	Fiador ou avalista; Máquinas e equipamentos novos ou usados; Grupo solidário; Veículos;	De R\$ 200 a R\$ 6.000.	4,36% a.m. em 9 vezes; 3,87% a.m. em 6 vezes.	Novo/Renovação: até 9 meses; Renovação com bom histórico: até 12 meses.

PRODUTO	MODALIDADE	FINALIDADE	PÚBLICO-ALVO	GARANTIAS	VALORES	TAXA	PRAZO
			sem restrições cadastrais.	Imóveis.			
Troca de Cheques	Giro	Compra de mercadorias e insumos pelo preço à vista.	Micro e Pequenas empresas, formais ou informais com mais de 6 meses de atividade e sem restrições cadastrais.	Cheques descontados; Garantias tradicionais, se necessário.	De R\$ 150 a R\$ 15.000.	3,99% a.m.	Até 120 dias.
Portosol 2%	Giro ou Fixo	Compra de máquinas e equipamentos, novos e usados.	Micro e Pequenas empresas, formais ou informais com mais de 6 meses de atividade e sem restrições cadastrais com faturamento mensal inferior a R\$1.000.	Fiador ou avalista; Máquinas e equipamentos novos ou usados; Grupo solidário; Veículos; Imóveis.	De R\$ 200 a R\$ 400.	2% a.m.	6 meses.
Portosol máquinas e equipamentos	Fixo	Compra de máquinas e equipamentos, novos e usados.	Micro e Pequenas empresas, formais ou informais com mais de 6 meses de atividade e sem restrições cadastrais.	Fiador ou avalista; Máquinas e equipamentos novos ou usados; Grupo solidário; Veículos; Imóveis.	Novo/ Renovação: de R\$ 200 a R\$ 10.000. Renovação com bom histórico: de R\$ 200 a R\$ 15.000.	3,87% a.m.	Novo/Renovação: até 15 meses; Renovação com bom histórico: até 24 meses.
Portosol reformas e construções	Fixo	Reforma, construção ou ampliação do local de trabalho.	Micro e Pequenas empresas, formais ou informais com mais de 6 meses de atividade e sem restrições cadastrais.	Fiador ou avalista; Máquinas e equipamentos novos ou usados; Grupo solidário; Veículos; Imóveis.	De R\$ 200 a R\$ 15.000.	3,87% a.m.	Novo/Renovação: até 15 meses; Renovação com bom histórico: até 24 meses.
Crédito Especial	Fixo	Pagamento de taxas bancárias; Pagamento de cheques devolvidos e protestos; Compra de matéria-prima e mercadoria;	Clientes com restrições cadastrais, com 2 ou mais operações de crédito quitadas	Fiador ou avalista; Máquinas e equipamentos novos ou usados; Grupo solidário; Veículos;	De R\$ 200 a R\$ 2.000.	De 5% a.m. a 6% a.m.	Giro: até 9 meses; Fixo: até 15 meses; Misto: até 12 meses.

PRODUTO	MODALIDADE	FINALIDADE	PÚBLICO-ALVO	GARANTIAS	VALORES	TAXA	PRAZO
		Compra de máquina e equipamentos.		Imóveis.			
Capital Misto	Giro e Fixo	Compra de mercadorias, matéria-prima e propaganda, e compra de máquinas, equipamento, reformas e construção.	Micro e Pequenas empresas, formais ou informais com mais de 6 meses de atividade e sem restrições cadastrais.	Fiador ou avalista; Máquinas e equipamentos novos ou usados; Grupo solidário; Veículos; Imóveis.	De R\$ 200 a R\$ 12.000.	4,11% a.m.	Novo/Renovação: até 12 meses; Renovação com bom histórico: até 18 meses.
Financiamento de veículos	Fixo	Compra de automóveis, motos, caminhões, novos e usados.	Micro e Pequenas empresas, formais ou informais com mais de 6 meses de atividade e sem restrições cadastrais.	Próprio veículo para 80% do valor; Outras garantias, para ou 20% restantes.	De R\$ 200 a R\$ 15.000.	3,68% a.m.	Novo/Renovação: até 24 meses; Renovação com bom histórico: até 36 meses.
Crédito fácil com garantia de cheques	Giro ou Fixo	Compra de matéria-prima, mercadorias, propaganda e pagamento de despesas; Compra de máquinas e equipamentos; Reforma e construção; IPVA, IPTU e 13ºsalário.	Micro e Pequenas empresas, formais ou informais com mais de 6 meses de atividade e sem restrições cadastrais.	Cheque pré-datado próprio ou de terceiro com mais de 1 ano de conta.	1ª e 2ª operação: de R\$ 200 a R\$ 1.000; A partir da 3ª operação: de R\$ 200 a R\$ 1.500.	1ª operação: 6% a.m.; 2ª operação: 5,5% a.m.; a partir da 3ª operação: 5% a.m.	1ª e 2ª operação: até 6 meses; A partir da 3ª operação, com bom histórico: até 9 meses.

Fonte: ICC Portosol

## 2.10 O PROBLEMA

A visão direcionada somente ao extremo de todo esse processo, no qual salta aos olhos somente o valor da taxa, sem a compreensão de todas as etapas que o constitui, na experiência do autor, fomenta antipatia e preconceito com essas instituições. Os juros acabam sendo vistos como abusivos e a confusão com Instituições Financeiras lucrativas acaba sendo feita. O papel dos operadores e do próprio microcrédito nesse processo acaba, por consequência, sendo colocado em xeque. Esquece-se que a simples chegada do crédito às mãos do microempreendedor que não tem acesso a recursos financeiros já é uma das

contribuições que essas instituições têm a dar para a sociedade.

No caso da ICC Portosol, o maior reflexo desse entendimento é percebido internamente pela dificuldade que a organização tem para captar novos clientes. Soma-se a isso a percepção do juro por parte de potenciais tomadores como sendo relativamente alto, além da desconsideração da Portosol na participação de redes de solidariedade, no firmamento de parcerias com órgãos do poder público em ações sociais, na candidatura ao recebimento de doações por entidades privadas, entre outros, o que daria maior visibilidade e facilitaria a inserção da organização junto às camadas de mais baixa renda.

A organização conta com mais de 1.200 clientes ativos (ver tabela 2). Porém a desqualificação dos serviços prestados, em razão dos fatores expostos, por todos esses atores torna-se um empecilho à expansão da carteira da entidade. O resultado disso é o emperramento do crescimento da entidade e a dificuldade de diluição de custos, o que, conseqüentemente, impede a diminuição da taxa de juro.

A dificuldade de compreensão dessa questão é ilustrada facilmente no fato de os próprios agentes de crédito e até mesmo os membros do conselho de administração da instituição clamarem por juros menores. Os primeiros vislumbram a possibilidade de o número de liberações crescer com a queda no juro. Os últimos cobram uma postura mais social da organização, pois juros mais baixos não onerariam tanto os tomadores. Se esses atores, que têm tanta familiaridade com as operações da entidade, não conseguem entender os mecanismos que se impõem para o patamar da taxa ser esse, é compreensível que aqueles não envolvidos diretamente no processo entendam menos ainda.

O fato é que, como a taxa de juro é fator determinante de retorno para a organização, visto que a concessão de crédito e a orientação ao tomador, para que faça bom uso do recurso, são suas atividades-fim e também atividades fundamentais para definirem-nas como operações de microcrédito produtivo e orientado, ela deve ser regulada para que proporcione sustentabilidade à entidade, para que ela permaneça cumprindo com seus objetivos de expandir e dar continuidade à oferta de recursos ao microempreendedor de forma ágil, desburocratizada, acessível e adequada. É essa adequação da taxa às reais necessidades da ICC Portosol que se pretende verificar neste trabalho.

### **3 JUSTIFICATIVA**

A razão deste trabalho, com a conseqüente escolha da ICC Portosol para o estudo, é o imprescindível esclarecimento sobre a composição de sua taxa de juro, como ela é formulada e que tipos de custos deve cobrir para a manutenção das operações. Acredita-se que com essas definições a mesma obtenha maior credibilidade junto à sociedade, principalmente àqueles que estão envolvidos diretamente nas suas operações, sejam como clientes ou como financiadores. Uma maior compreensão sobre o tema e a conseqüente disseminação desse conhecimento trará maior transparência à política de juros e fortalecimento dessas organizações no Brasil. O caminho natural a partir disso seria a conquista e expansão do apoio dos setores envolvidos nas dinâmicas do microcrédito, bem como governo e sociedade civil.

## 4 CONTEXTUALIZAÇÃO DO MICROCRÉDITO

Há na literatura várias definições de microcrédito, as quais, por vezes, confundem-se com aquelas das microfinanças. Conforme Barone e Sader (2008), não existe consenso, na literatura específica, sobre os conceitos de microfinanças e microcrédito. Usualmente, define-se microfinanças como a oferta de serviços financeiros (crédito produtivo, crédito para consumo, poupança, seguro etc) para a população de baixa renda que normalmente não tem acesso a esses serviços pelo sistema financeiro tradicional. Ainda na opinião desses autores, o microcrédito pode ser definido como todos os serviços financeiros para microempreendedores, excluindo-se o crédito para consumo.

O próprio termo IMF (Instituição de microfinanças), amplamente usado para designar os operadores de microcrédito como OSCIPs e Sociedades de Crédito ao Microempreendedor - SCMs, ajuda a confundir ainda mais, sendo que as mesmas não praticam microfinanças no seu sentido amplo, trabalhando exclusivamente com o microcrédito, e esse está inserido no contexto das microfinanças, como uma de suas atividades (ALVES; SOARES, 2006).

As microfinanças são atividades que se pode definir como a prestação de uma gama de serviços financeiros (microcrédito, poupança, seguros, bancários) adequados e sustentáveis para a camada da população de baixa renda (BARONE; ZOUA). Há, portanto, uma maior gama de atividades nas microfinanças dentre elas o microcrédito.

Neste trabalho, adota-se o termo IOM – Instituição Operadora de Microcrédito para definir as organizações microfinanceiras brasileiras e considera microcrédito nos termos da lei federal brasileira que criou o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo e Orientado (PNMPO) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que define:

O microcrédito produtivo orientado é o crédito concedido para o atendimento das necessidades financeiras de pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, utilizando metodologia baseada no relacionamento direto com os empreendedores no local onde é executada atividade econômica (BRASIL, 2005, p. 1).



O microcrédito surgiu na Europa no século XIX, no entanto, a ferramenta de combate à pobreza, nos moldes que vemos hoje, tem seu marco situado em 1970, em Bangladesh, quando um professor de Economia da Universidade de Chittagong, Muhammad Yunus, constatou que na aldeia de Jobra pessoas dependiam dos agiotas, que emprestavam dinheiro e compravam a produção dando como lucro aos produtores uma quantia que mal dava para a sobrevivência. Como aquelas pessoas não tinham a mínima possibilidade de serem atendidas por um banco comercial, o professor Yunus emprestou a quantia, exigindo o compromisso do reembolso quando o grupo estivesse em condições de fazê-lo. Os 42 devedores saldaram o compromisso antecipando a melhor previsão do professor (YUNUS, 2000).

Essa operação, realizada em junho de 1976, teve como consequência a fundação do Banco Grameen, criado com o objetivo de pôr fim à pobreza. O Grameen oferece empréstimos a grupos solidários, formados por cinco pessoas, principalmente mulheres. A experiência mostra que as mulheres são melhores pagadoras do que os homens e mais responsáveis em investir a renda com a família e não para uso pessoal (YUNUS, 2000).

O Brasil foi um dos primeiros países a experimentar o microcrédito para o setor informal urbano, em 1973, no nordeste, por iniciativa e com assistência técnica da organização não governamental Accion International, na época AITEC, e com a participação de entidades empresariais e bancos locais, através da UNO - União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações. A primeira experiência aconteceu em Porto Alegre, em 1987, com o Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos Ana Terra (CEAPE/RS), instituído sob a forma de organização não governamental. O sucesso do Centro resultou na sua reprodução do modelo em vários estados brasileiros (BARONE et al. 2002).

De acordo com a legislação vigente, as IOM<sup>2</sup>, isto é, as instituições que

---

2 Instituição Operadora de Microcrédito -IOM: Instituições que concedem crédito de acordo com a legislação vigente. Pela legislação brasileira, não podem captar recursos do público (depósitos a prazo). Com base no conjunto de leis e outras medidas infra-legais que tratam do assunto, é possível operar com microcrédito no Brasil através de ONG (nesse caso sujeitas a restrições quanto a cláusulas usurárias - "Lei da Usura"), por meio de Oscip (Organização das Sociedades Cíveis de Interesse Público criadas pela Lei 9.790/1999 - essas não sujeitas à Lei da Usura), através de SCM constituída com base na Res. 2.874/2001 do CMN, ou por intermédio de carteira especializada criada por qualquer instituição financeira que se dedique à oferta de crédito à população (bancos comerciais, financeiras, etc.)

concedem microcrédito - entre as quais se enquadram as OSCIP - pela legislação brasileira não podem captar recursos do público e restringem-se basicamente à provisão de créditos produtivos ao microempreendedor. Isso exclui poupança, seguros e outros serviços financeiros, inviabilizando os programas de microcrédito, enquanto um sistema de microfinanças, de prover os cidadãos com esses serviços (CALDAS, 2003).

Essa restrição afeta fortemente o poder competitivo das IOMs perante as instituições bancárias, inibindo seu crescimento pois impede a diversificação e a adaptabilidade ao cliente na linha de produtos a ele oferecida, além de essa proibição legal incorrer em outra consequência danosa às IOM: a dificuldade de acesso a *funding*<sup>3</sup>, visto que, enquanto bancos captam recursos junto a CDB, as IOM não podem fazer mais que repassar recursos obtidos – nacionais públicos ou privados, e/ou estrangeiros – por empréstimos ou doações; na maioria dos casos. Essa dificuldade implica em dificuldades de crescimento das IOM, pois se não há recursos, não há empréstimo e, se não há empréstimo, não há aumento de carteira (TOSCANO, 2004). Essa visão é compartilhada por Brusky e Fortuna (2002) colocam:

Oferecer aos clientes o que eles desejam é essencial para o desenvolvimento de qualquer indústria. No Brasil, o setor das microfinanças é dominado por um único produto: o crédito produtivo para microempreendedores [...]. Todavia, deve ser notado que as famílias de baixa renda, que constituem o grosso do mercado potencial das microfinanças, não são formadas apenas por microempreendedores e têm necessidades financeiras mais amplas que o crédito produtivo. Conhecer quais são essas necessidades e quais os mecanismos atualmente utilizados para satisfazê-las é de crucial importância para o desenvolvimento de serviços financeiros úteis e adequados ao público-alvo (BRUSKY; FORTUNA, 2002, p.17-24).

Desse modo, notam-se diferenças entre operações de microcrédito e operações de crédito convencionais especialmente em relação à flexibilidade que têm os operadores dos últimos. Conforme Sales, os bancos têm um amplo leque de serviços, além das operações de crédito, que lhes permite otimizar seus lucros, além de contarem com sistemas de informações de rentabilidade e custos que possibilitam implementar uma política de otimização de processos operacionais,

---

3 *Funding* é o termo popularizado no setor, que significa financiamento para as operações das IOM.

enquanto as IOM não têm muitas alternativas em termos de captação, e restringem-se a um único produto.

#### 4.1 O CUSTO DA OPERAÇÃO DE MICROCRÉDITO

A base operacional da instituição de microcrédito constitui-se pela (constante) presença nas comunidades onde os clientes vivem e trabalham. Como explica Dantas (2005), trata-se do compromisso social de seus recursos humanos com os empreendedores, em que se destaca a presença do agente de crédito no acompanhamento do crédito e da produtividade do cliente - o que é fundamental para o estabelecimento de confiança entre a instituição e o cliente – e, por fim, a política de crédito, com a formação de grupos solidários<sup>4</sup>, aumentos progressivos no volume de empréstimos e aceitação de garantias alternativas. Forte (2006) explica:

Peça-chave nessa organização é o chamado “agente de crédito”, que vive em contato direto com a comunidade, aprendendo seus hábitos, identificando oportunidades de investimento, identificando tomadores potenciais, prestando serviços de treinamento e assessoria, fazendo a cobrança dos empréstimos e recolhendo os depósitos de poupança, entre outras funções.

Entretanto, o trabalho do agente de crédito encarece a operação do microcrédito. Além de os clientes geralmente não possuírem histórico creditício nem garantias, frequentemente moram em áreas remotas, às vezes de difícil acesso, onerando as visitas de avaliação e manutenção realizadas *in loco* pelo agente de crédito. Essa estratégia de custo elevado vai de encontro às estratégias dos bancos, que estão reduzindo custos através do aumento da informatização e automação de serviços e redução de pessoal (VILELA; GOODWIN-GROEN apud SOUZA, 2006).

Ainda de acordo com Souza (2006), um aumento no número de operações, bem como o valor emprestado, que em uma operação de crédito comum significam diluição de custos fixos, em uma operação de microcrédito não se verificam, pois há parcelas fixas e variáveis na operação, sendo que as partes fixas independem do montante emprestado, fazendo com que quanto menor o valor emprestado, maior o

---

4 Grupo solidário é a união de 3 ou mais pessoas que tomam o crédito e solidarizam-se entre si como avalistas uns dos outros.

seu custo. Isso quer dizer que um empréstimo de R\$ 150,00 incorre nos mesmos custos fixos que um empréstimo de R\$ 1.000,00.

Ora, se “o microcrédito é a concessão de empréstimos de baixo valor a pequenos empreendedores” (BARONE et al, 2006), seguindo essa lógica, o aumento do número de operações não terá impacto relevante na diluição dos custos fixos, continuando os mesmos a impactarem fortemente no valor da taxa aplicada ao tomador.

No entanto, autores como Paixão (2009) contrariam essa lógica. De acordo com ele, uma maior escala (das operações) permite a diluição dos custos fixos em um número maior de créditos concedidos e a sustentabilidade da Instituição de Microfinanças (IMF), além de permitir a redução no custo do microcrédito para o tomador final.

Segundo as Referências para a Elaboração de um Plano de Negócios para a Iniciação ou Expansão de Organizações de Microcrédito, em especial no modelo ONG-OSCIP do Sebrae (2006), microcrédito requer a definição de uma política realista, focada nas condições do mercado, em que as taxas de juros e os preços dos serviços cubram, no mínimo, os seguintes itens:

- a) Custos operacionais e financeiros:
- b) inflação;
- c) riscos de carteira (inadimplências e perdas);
- d) depreciação;
- e) geração de excedente financeiro para a capitalização e/ou inversões.

Dessa forma, um índice estabelecido arbitrariamente às IOM, caso esteja abaixo do necessário à sua operação, ocasionaria sucessivos déficits e, fatalmente, as faria sucumbir e encerrar suas atividades, caso fortes subsídios e doações de recursos não fossem aportados para equilibrar as contas, reduzindo, dessa forma, a

oferta de capital àqueles que não são atendidos por instituições financeiras convencionais (SOUZA, 2006). Considerando os desafios associados ao crescimento e ao desenvolvimento de estratégias de longo-prazo das IOM - que operam basicamente com concessão de crédito - a taxa de juros praticada nessa operação se mostra elemento fundamental no alcance da sustentabilidade (NICTER et al., 2002).

#### 4.2 TAXA DE JUROS

De acordo com Pereira (1981, p. 110), juros são as coisas fungíveis que o devedor paga ao credor, pela utilização de coisas da mesma espécie a este devidas. Frequentemente, a palavra juro vem mais ligada ao débito de dinheiro, como acessório de uma obrigação principal pecuniária. A taxa de juros é o percentual obtido pela relação entre a remuneração e o valor disponibilizado, em um determinado tempo (COLLET E SILVA apud ALENCAR, 2006).

#### 4.3 COMPONENTES DA TAXA DE JUROS

Para determinar a taxa cobrada em uma operação de crédito bancário, deve-se levar em conta a taxa de captação do banco, o ganho ou *spread* do banco, e a taxa de risco que o cliente representa (SECURATO, 1997).

A operação de empréstimo feita por um banco, por um período de  $d$  dias, terá uma taxa anual  $i$ , dada por:

$$(1 + i) = (1 + ic) (1 + is) (1 + iR)$$

$ic$ : Taxa de captação do banco

$is$ : Spread do banco

$iR$ : Taxa de risco que o cliente representa

Ao tratar de *spreads* bancários no Brasil, o autor adota a mesma definição do Banco Central segundo o qual “o spread bancário é definido como sendo a diferença

entre a taxa de empréstimo e a taxa de captação de CDB [certificado de depósito bancário] (Banco Central do Brasil, 2002, p. 50), embora a taxa de captação dos bancos varie da taxa do Certificado de Depósito Interbancário - CDI<sup>5</sup> (mais alta e que acompanha a taxa SELIC<sup>6</sup>) à taxa de captação junto à pessoa física [Certificado de Depósito Bancário - CDB<sup>7</sup>, por exemplo] (Júnior 2005). A composição do spread desenvolvida pelo Banco Central do Brasil em 1999 é considerada através de fatores de custo e de margem: custos da contribuição para o sistema de seguro depósito, custo das reservas obrigatórias, custos administrativos, perdas por inadimplência, custos tributários. Depois de apurados esses custos, calcula-se o resíduo em relação à taxa cobrada, o que configura a possibilidade de ganho do banco.

De forma análoga, para operações de microcrédito, um dos estudos do CGAP (Consultive Group to Assist the Poorest) sobre o tema traz uma metodologia para ser aplicada pelos analistas e operadores para o cálculo da taxa de juros a ser cobrada pelas IOMs. São considerados os seguintes fatores, em termos de porcentagem da carteira ativa média no ano: despesas administrativas (DA), perdas por inadimplência (PI), custo de captação de fundo de empréstimos (CF), taxa de capitalização desejada (K) e ganhos com a aplicação financeira da parte do fundo não emprestada (RI) (ROSEMBERG, 2002).

A fórmula para a definição é dada por:

$$R = [(DA + PI + CF + K) / (1 - PI)] - RI$$

onde:

R: Taxa

DA: Despesas Administrativas

PI: Perdas por inadimplência

CF: Custo de captação de fundo de empréstimos

---

5 Certificado de Depósito Interbancário é um mercado brasileiro de empréstimos interbancários de um dia.

6 SELIC é a taxa de juros à disposição da autoridade monetária brasileira que serve como referência para as demais.

7 CDBs são papéis de captação de recursos no mercado por bancos.

K: Taxa de capitalização desejada

RI: Ganhos com a aplicação financeira da parte do fundo não emprestada

Ainda de acordo com Rosemberg (2002), o cálculo seria impreciso, porém, aproximado da realidade, sendo útil principalmente para as instituições mais jovens definirem suas taxas de juros que resultem em crescimento e sustentabilidade. O autor não especifica quais são os componentes a se considerar como despesas administrativas. No entanto, seguindo a lógica, essa conta deve considerar todas as outras despesas que não estão discriminadas na fórmula, pois só assim poder-se-ia chegar a um resultado de equilíbrio entre despesas e receitas.

Os custos do crédito, como visto, implicam diretamente nas taxas cobradas dos clientes. Nesse sentido, Nichter et al (2002) finaliza, colocando que “No contexto internacional, as IMFs praticam, em geral, taxas mais elevadas que as dos bancos tradicionais, muito em função do elevado custo operacional associado à concessão de microcrédito”. Fernando (2006) explica que taxas de juros do Microcrédito são frequentemente comparados com os praticados por bancos comerciais e organizações de empréstimos excessivamente subsidiadas. Essas comparações são inadequadas. Os bancos comerciais na maioria das vezes lidam com os grandes empréstimos, e os seus custos de transação por unidade são menores do que os de IMF.

Um estudo realizado pelo BANCO CENTRAL (2007) mostra que, em termos médios, a inadimplência significou 37,35% do *spread* bancário no período no ano de 2007. As despesas administrativas foram da ordem de 13,50%, tributos e taxas 18,62% e o custo do compulsório, 3,59%. O resíduo bruto ficou em 37,46%, enquanto que o resíduo líquido ficou na casa dos 26,93%.

No seu artigo, divulgado no site da agência de informação Mastercred, “Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado”, Idalvo Toscano estima que 35% da carteira ativa<sup>8</sup> anual média das IOM é o montante das despesas administrativas (TOSCANO apud SOUZA, 2006). Ainda segundo esse autor, no seu artigo “O PNMO decola? Prós e contra de uma política social de mercado”, se for considerado que os recursos captados custam 14,75% anuais e que o nível médio

---

8 Carteira ativa é definida como a soma de créditos vencidos mais créditos a vencer.

de inadimplência seja de 7%, os valores com despesas correspondem a 54,75% da carteira ativa média. Uma taxa acima de 60%, entretanto, sobre a mesma base, seria necessária para a IOM crescer e adquirir viabilidade, o que significaria a prática de juros mensais da ordem de 4,3% a.m., com capitalização anual modesta: da ordem de 6,5% a.a., para uma estrutura de custos de 33% sobre a carteira ativa média (TOSCANO, 2005).



## 5 OBJETIVOS

### 5.1 GERAL

Verificar se a taxa de juros cobrada pela ICC Portosol está de acordo com sua estrutura de custos.

### 5.2 ESPECÍFICOS

- a) Verificar o comportamento da taxa da instituição em relação aos seus custos;
- b) sugerir o valor de taxa adequado.

## 6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa é quantitativa, isto é, faz uso de instrumentos específicos, capazes de estabelecer relações e causas, levando em conta as quantidades (RIBEIRO et al, 2001). A estratégia de investigação utilizada é a do estudo de caso, visto que é um dos caminhos para a realização de pesquisa de ciência social, quando o investigador tem um pequeno controle sobre os eventos, quando o foco é em fenômeno contemporâneo entre alguns contextos da vida real e definições de "como" ou "por que" estão presentes (YIN, 1990).

Para tal, o presente estudo se utiliza de demonstrações contábeis e documentos administrativos, relatórios gerados pelo sistema informatizado de gestão utilizado pela organização relativos ao ano de 2008, além de observações feitas diretamente, no período de 10 meses, no cumprimento de estágio não-curricular, além de pesquisa bibliográfica acerca do tema. Com esses dados em mãos, é possível fazer a análise de alguns cenários, variando, incluindo e excluindo alguns elementos da fórmula.

Para efeitos de análise financeira de uma IOM, é importante o uso de um quadro coerente para desenvolver seus indicadores de desempenho. O quadro analítico normalmente utilizado neste processo é um conjunto de contas financeiras. As demonstrações são, portanto, o ponto de partida da avaliação.

A demonstração financeira utilizada nesse estudo é a DRE (Anexo) do ano fiscal de 2008, visto que nesse período não incidiram quaisquer tipo de doações ou subsídios. Além disso, a análise desse ano traz uma maior credibilidade aos dados, já que os mesmos são recentes, representando de forma mais real as condições econômicas enfrentadas pela organização.

A DRE destina-se a dar uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e resultados das operações, o que implica em uma correta classificação e agrupamento dos itens nas demonstrações financeiras. Implica igualmente a aplicação coerente dos princípios contábeis geralmente aceitos.

Outro quadro também considerado são as informações geradas pelo sistema SIP/WEB. Esse sistema disponibiliza informações integradas à contabilidade, permitindo a emissão de demonstrativos em tempo real, nos padrões do Banco

Central.

Também é preciso considerar que OSCIPs de microcrédito no Brasil pautam-se pelo Plano de Contas Padronizado para OSCIP de microcrédito, definido pelo PNMPO, com o intuito de uniformizar as demonstrações contábeis dessas organizações. Essa padronização facilita o entendimento das contas, já que os fatores a serem considerados para o estudo já estão propriamente agrupados de acordo com suas características.

É oportuno alertar que, como os objetivos deste estudo têm em vista somente a análise da adequação da taxa cobrada pela organização à sua estrutura administrativa, e a definição de valores que possibilitem a sustentabilidade da mesma no longo prazo, o autor considera que todos os seus custos sejam fatores otimizados, isto é, perfeitamente ajustados para o pleno funcionamento da organização. Sendo assim, não será analisado neste trabalho se as despesas incorridas no período estão adequadas ao funcionamento da organização. Trata-se de despesas com pessoal, despesas operacionais, despesas financeiras etc, ou ainda outras receitas que não aquelas provenientes das operações de crédito, mais especificamente o juro sobre o capital emprestado, entre elas as receitas de taxas de administração (TAC), multas e renegociações.

## 6.1 LIMITAÇÕES DO ESTUDO

Este estudo, embora restrinja-se a explicar somente a estrutura das taxas de juro da ICC Portosol, pode representar, de forma geral, outras instituições brasileiras do setor que atuam de forma análoga, têm estruturas de custos e estão inseridas em contextos econômicos semelhante. Porém, não se pode deixar de considerar que cada caso necessita de análises próprias, a fim de se ter certeza de seus resultados.

Deve-se salientar que não é objetivo desta monografia aferir a eficiência administrativa da instituição ou julgar se seus custos são apropriados ou não. Considera-se que a mesma tenha sua estrutura (número de empregados, número de agência, despesas e outros) adequada à necessidade de seu funcionamento.

Como o período estudado corresponde ao ano fiscal de 2008, pode haver distorções em alguns resultados, visto que ações ocorridas em anos anteriores

podem interferir positiva ou negativamente nos resultados. Um histórico maior das contas seria mais elucidativo para uma análise mais acurada.

Também é preciso levar em consideração que demonstrativos contábeis não representam fielmente a dinâmica financeira da organização. Nesse sentido, a análise do fluxo de caixa, somada às análises desse estudo, evidenciariam de forma mais clara o comportamento da contas da instituição.

## 7 RESULTADOS

As despesas da ICC Portosol somaram, ao final do ano de 2008, R\$ 1.662.648,35, o que, ao mês, totalizam R\$ 138.554,03 em média. Dentre elas já se contabilizam as despesas por perdas com inadimplência, que ficam em R\$ 149.449,16. As despesas aqui consideradas englobam todos os custos necessários à manutenção da organização e, portanto, devem ser cobertas pela totalidade das receitas.

De acordo com o quadro abaixo, tanto as perdas por inadimplência quanto os custos de captação encontram-se no mesmo grupo de contas. São a Provisão de Crédito em Liquidação Duvidosa – PCLD e juros compensatórios, respectivamente. A PCLD é a estimativa calculada pelos gestores do total emprestado que não será recuperado, isto é, débitos que estão com mais de 180 dias de atraso.

**DESPESAS - 2008**

	<b>ACUMULADO</b>
<b>DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>-253.333,32</b>
<b>Operações de Captação no Mercado</b>	<b>-103.884,16</b>
Juros Compensatórios	(55.090,46)
IRRF de Aplicação Financeira	(10.278,98)
IRRF s/ CDBs	(6.785,59)
Despesas Bancárias	(31.729,13)
<b>Provisão p/Créditos em liq. Duvidosa - PCLD</b>	<b>-149.449,16</b>
Provisão para Crédito em Liq. Duvidosa - PCLD	(149.449,16)
<b>Perda com Sistema</b>	<b>0,00</b>
Perda SIP	-
<b>OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>-1.408.884,09</b>
Descontos Concedidos	(16.927,98)
Despesa com Pessoal	(703.018,49)
Despesa com Benefícios	(191.898,29)
Despesas Administrativas	(442.086,24)
Despesas Tributárias	(54.953,09)
Encargos Tributários	-
<b>OUTRAS DESPESAS NÃO OPERACIONAIS</b>	<b>-430,94</b>
Outras Despesas Não Operacionais	(430,94)
<b>TOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>(1.662.648,35)</b>

Tabela 6 – Despesas 2008

Já as receitas, incluindo as provenientes de rendimentos sobre empréstimos ficaram, em média, R\$ 131.016,80 e ao final do ano somaram R\$ 1.572.201,54. As contas que especificam as receitas provenientes de juros são, respectivamente, rendimentos sobre empréstimos – crédito e rendimentos sobre empréstimos – troca de cheque. Elas estão dentro do grupo operações de crédito, que ainda contém a TAC e as reversões de perdas, que são pagamentos de créditos que já haviam sido lançados em perdas por ultrapassarem o período de 180 dias de atraso.

O subgrupo operações no mercado financeiro engloba as receitas de aplicações de recursos não emprestados em fundos de renda fixa, CDB, poupança e outros. Já o grupo outras receitas conta com multas e juros sobre atrasos, descontos

recebidos e licenciamento do sistema SIP/WEB.

### **RECEITAS - 2008**

	<b>ACUMULADO</b>
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>1.445.438,79</b>
<b>Operações de Crédito</b>	<b>1.356.127,43</b>
Rendimentos s/ Empréstimos - Crédito	806.545,01
Rendimentos s/ Empréstimos - Troca de Cheque	274.524,44
Taxa Administrativa - Crédito	16.094,20
Taxa Administrativa - Troca de Cheque	62.946,50
TAC	146.010,90
Reversão de Perdas Efetivas	50.006,38
<b>Operações no Mercado Financeiro</b>	<b>89.311,36</b>
Rendimento de Aplicação	73.433,95
Rendimento de Poupança	719,61
Rendimentos CDBs	15.157,80
<b>OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS</b>	<b>126.762,75</b>
Receitas com Licenciamento SIP/SIPWEB	12.070,25
Receitas com Multas Moratórias - Crédito/Troca de Cheque	29.624,20
Receitas com Juros Moratórios - Crédito/Troca de Cheque	76.756,34
Receitas Eventuais	3.160,66
Descontos Recebidos	5.151,30
<b>TOTAL DAS RECEITAS</b>	<b>1.572.201,54</b>

**Tabela 7 – Receitas 2008**

A carteira ativa média no ano 2008 totalizou R\$ 2.050.012,94. Esse dado foi conseguido através da média aritmética das carteiras ativas dos meses de janeiro a dezembro, disponibilizado pelo sistema SIP/WEB. A carteira ativa representa o montante emprestado para os clientes, excluídos os juros.

Carteira Ativa – 2008 (R\$)	
Janeiro	2.293.849,03
Fevereiro	2.250.997,95
Março	2.223.632,98
Abril	2.223.632,98
Maio	2.222.476,15
Junho	2.223.632,98
Julho	2.217.469,05
Agosto	2.244.106,57
Setembro	2.209.033,73
Outubro	2.290.164,84
Novembro	2.379.362,95
Dezembro	2.221.796,04
MÉDIA DOS 12 MESES	2.250.012,94

**Tabela 8 – Carteira Ativa 2008**

O resultado operacional da entidade, como mostra a DRE, no ano foi de déficit. A média de déficit foi de R\$ 7.537,23 ao mês, e perda de patrimônio totalizou R\$ 90.446,81 no ano. Com exceção do trimestre janeiro – março e do mês de dezembro, a instituição fechou suas contas com saldo negativo.



## RESULTADO – 2008 (R\$)

Janeiro	3.963,51
Fevereiro	15.116,21
Março	3.563,95
Abril	(17.201,77)
Maiο	(14.806,79)
Junho	(13.715,22)
Julho	(17.293,54)
Agosto	(27.269,13)
Setembro	(20.304,12)
Outubro	(1.088,32)
Novembro	(5.205,76)
Dezembro	3.794,17
<b>TOTAL</b>	<b>(90.446,81)</b>

Tabela 9 – Resultado 2008

## 7.1 APLICAÇÃO DOS VALORES À FÓRMULA

Esses dados já possibilitam o cálculo da taxa de juros anualizada cobrada pela ICC Portosol para seus dois produtos mediante a aplicação dos valores à fórmula proposta por Rosemberg (2002):

$$R = [(DA + PI + CF + K) / (1 - PI)] - RI$$

Entretanto, alguns ajustes podem ser feitos à fórmula sem prejuízo, adequando-a às receitas e despesas não consideradas por Rosemberg (2002), mas que têm participação na obtenção dos resultados. A fórmula não considera outros fatores como fontes de receitas da instituição, o que não condiz com a realidade. Há outras cobranças relativas a multas por atrasos em pagamentos de clientes, licenciamento de software, reversão de perdas, TAC e outras receitas não-operacionais que contribuem positivamente nos resultados e, portanto, precisam ser consideradas para o ajuste da taxa. Dessa forma, o autor considera que essas receitas devem aparecer como numerador na citada fórmula. Estas serão denominadas, para efeito desse estudo, Receitas diversas – RD.

Outro ajuste diz respeito às despesas administrativas que, para ajuste à fórmula, constitui-se na totalidade das despesas, excluindo-se perdas e juros compensatórios. Esse ajuste visa a evitar a dupla contabilização desses dois fatores na fórmula, que acarretaria em distorções no resultado.

Os valores de Despesas Administrativas, Perdas, Custos de Captação, Receitas de Investimentos, Receitas diversas e Taxa de capitalização, relativos à Carteira ativa são discriminados na tabela abaixo.

<b>Fatores</b>	<b>Valor em R\$</b>	<b>%da Carteira Ativa</b>
Despesas administrativas	R\$ 1.458.108,73	0,6480
Perdas por inadimplência	R\$ 149.449,16	0,0664
Custos de Captação	R\$ 55.090,46	0,0245
Receitas de Investimentos	R\$ 89.311,36	0,0397
Receitas diversas	R\$ 401.820,73	0,1786
Taxa de descapitalização	R\$ 90.015,87	0,0400

**Tabela 10 – Valores 2008**

Aplicando os valores acima à fórmula de Rosemberg (2002) temos:

$$R = [(0,648 + 0,0664 + 0,0245 - 0,04) / (1 - 0,0664)] - (0,0397 + 0,1786)$$

Assim:

$$R = 0,5282$$

O que resulta em uma taxa de 52,82% ao ano. Para obter-se a taxa mensal, basta dividir-se esse valor por 12, que é o número de meses. Assim obtemos:

$$R/12 = 0,5282/12$$

Portanto:

$$R/12 = 0,044$$

É preciso salientar que a taxa de capitalização tem o sinal negativo (ao contrário da fórmula), pois o resultado foi de déficit em 2008, isto é, houve descapitalização. Isso significa, portanto, que esse valor de taxa não assegurou o montante necessário para a cobertura dos custos da organização. Isso indica que, mantendo-se as outras variáveis (receitas e despesas) estáveis, a mesma deveria ser maior que os 4,4% médios ao mês para os dois produtos.

## 7.2 DEFINIÇÃO DO PONTO DE EQUILÍBRIO

A taxa ideal para atingir-se o ponto de equilíbrio<sup>9</sup> pode ser calculada excluindo-se da fórmula o valor da descapitalização ou igualando-o a zero, representado por K, que foi negativo. O valor zero significaria a organização ter fechado o ano sem superávit e nem déficit, isto é em equilíbrio.

Igualando-se o valor de K a zero na fórmula utilizada temos:

$$R = [(0,648 + 0,0664 + 0,0245 + 0) / (1 - 0,0664)] - (0,0397 + 0,1786)$$

Assim:

$$R = 0,5732$$

e

$$R/12 = 0,0478$$

Isso significa que a taxa anual necessária deveria ficar em 57,32%, a mensal, 4,78%. No entanto, para crescer e adquirir viabilidade, uma modesta taxa de 6,5% a.a. (TOSCANO, 2005) implicaria em aumento nessa taxa. De acordo com a fórmula:

$$R = [(0,648 + 0,0664 + 0,0245 + 0,065) / (1 - 0,0664)] - (0,0397 + 0,1786)$$

Assim:

$$R = 0,6428$$

e

$$R/12 = 0,0536$$

A taxa mensal cobrada em ambos os produtos deveria ser de 5,36%. Porém, como na troca de cheques a taxa incide sobre os valores nominais dos títulos, visto

---

<sup>9</sup> Ponto de equilíbrio é o ponto em que onde o total das receitas é igual ao total das despesas.

que a organização utiliza-se do desconto comercial, a taxa vendida difere da taxa real.

Para calcular a taxa de desconto, consideremos o seguinte:

$N$  = valor nominal de um título.

$V$  = valor líquido, após o desconto.

$D_c$  = desconto comercial.

$d$  = taxa de descontos simples.

$i$  = taxa de juros

$n$  = número de períodos.

Teremos:

$$V = N - D_c$$

Logo:

$$D_c = Ndn$$

Substituindo, vem:

$$V = N(1 - dn)$$

Também é verdade que:

$$N = V(1 + i)^n$$

Assim, se considerarmos um cheque cujo valor nominal seja R\$100,00, o valor real é dado por:

$$100 = V(1,0536)$$

Logo:

$$V = 94,912$$

Assim, o desconto comercial a ser cobrado para um resgate do título 1 mês antes da data de vencimento, a uma taxa real de 5,36% a.m. será:

$$94,912 = 100(1 - d)$$

$$d = 0,0508$$

Portanto, uma taxa de 5,08% na troca de cheques.

Outros fatores podem ser considerados, tais como a inflação do período e o custo de oportunidade<sup>10</sup> dos recursos próprios utilizados pela organização em empréstimos para definirmos a taxa que proporcionaria equilíbrio às contas.

A inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou 2008 com alta de 5,90%, segundo informado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Já a rentabilidade nominal do investimento em caderneta de poupança foi de 7,9% no ano (Valor Online, 2009).

Considerando assim as variáveis de inflação e de custo de oportunidade, temos:

$$R = [(0,648 + 0,0664 + 0,0245 + 0,065 + 0,079 + 0,059) / (1 - 0,0664)] - (0,0397 + 0,1786)$$

$$R = 0,7906$$

$$R/12 = 0,0659$$

### 7.3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

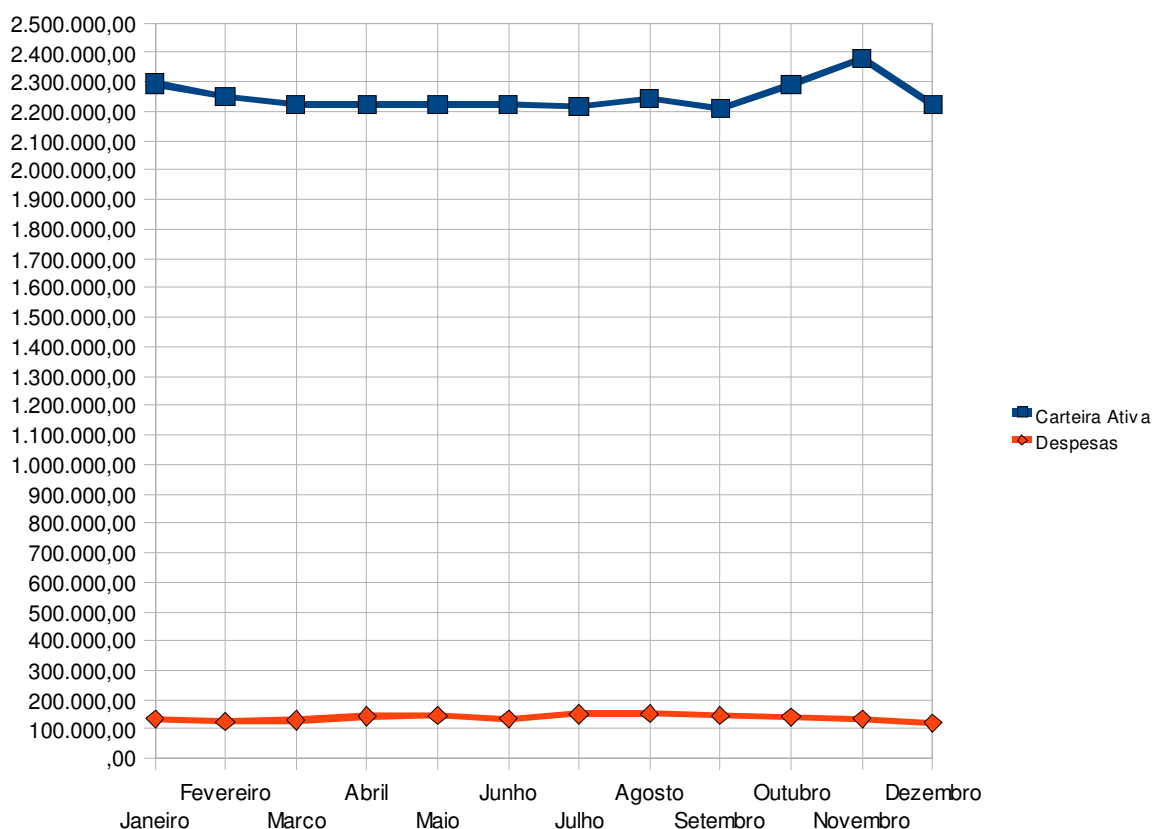
A taxa cobrada pela instituição no ano de 2008 ficou em 4,4% ao mês, em média. Esse valor, somado às outras receitas não foi suficiente para cobrir os custos de funcionamento da ICC Portosol, o que indica a necessidade de crescimento nos ganhos provenientes dos juros sobre empréstimos, considerando que as outras receitas devem seguir inalteradas, pois já estariam com seus valores propriamente ajustados.

Conforme pode ser visto, no gráfico abaixo, as variações nos valores da

---

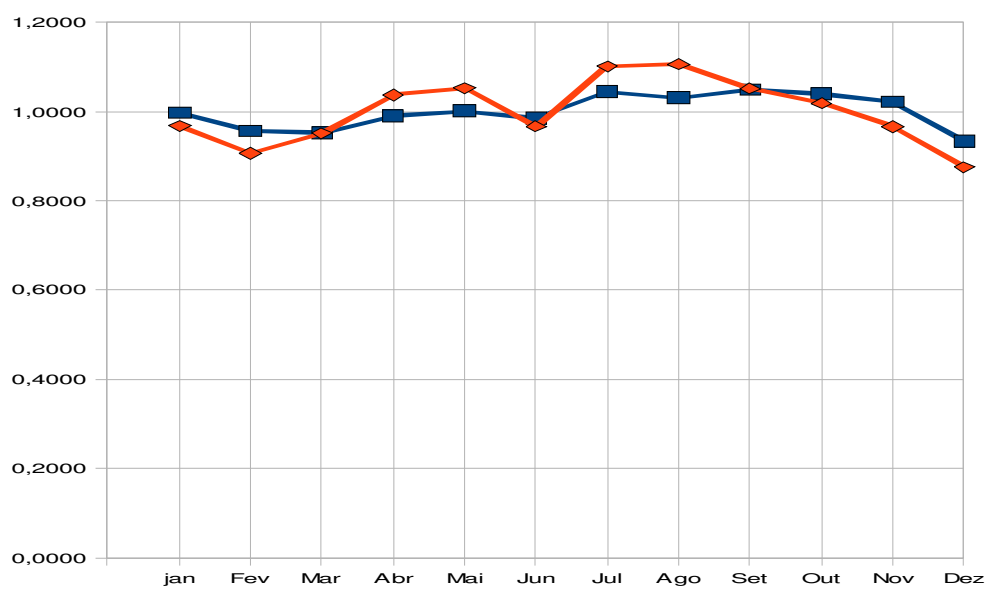
<sup>10</sup> Custo de oportunidade é o sacrifício mensurável da rejeição de uma alternativa (HORNGREN, 1986).

carteira ativa não correspondem a variações semelhantes nos valores das despesas. Acréscimo ou decréscimos na carteira ativa não resultaram em respectivos acréscimos e decréscimos em despesas. Isso indica que um maior volume de empréstimos pode, ao contrário do colocado por Souza (2006), que afirma que o aumento do valor emprestado não significaria ganhos de escala, gerar maiores rendimentos provenientes dos juros e abater os custos.



**Gráfico 1 – Comparativo de variações entre valores da carteira ativa e valores das despesas**

Quando comparadas as variações das despesas com as variações no número de clientes, nota-se que, aí sim, à medida que cresce o número de clientes, sobem as despesas de maneira expressiva. Essa análise vai de encontro à teoria de Paixão (2009), quando afirma que um maior número de créditos concedidos permitiriam a diluição dos custos fixos.



**Gráfico 2 – Comparativo de variações entre carteira ativa e número de clientes**



## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fruto resultante do estudo consiste na desmistificação da política de taxa de juros das OSCIP de microcrédito brasileiras, explicar e demonstrar a forma que a mesma é formulada, dada sua estrutura de custos. Com isso, se tentou dar maior credibilidade à atuação desses operadores, pois a demonstração dos motivos pelos quais suas taxa de juros não estão entre as mais baixas do mercado servem para que se dirimam as dúvidas sobre estas estarem sendo definidas arbitrariamente, na busca de rendimentos excessivos ou sem a preocupação de atender de forma eficiente o seu público-alvo. Isso foi feito através da análise dos dados recolhidos junto à ICC Portosol, uma das mais tradicionais do setor no Brasil, onde verificou-se através da fórmula definida por Rosemberg (2009) que, ao contrário dessa expectativa, a taxa de juros está abaixo do patamar que permita à instituição cobrir seus custos. A metodologia aplicada se mostrou adequada aos objetivos do trabalho, embora algumas modificações tenham sido necessárias para a adaptação dos demonstrativos contábeis aos componentes da fórmula utilizada.

A análise mostra que houve uma defasagem da taxa de juros praticada pela instituição no período estudado. A diferença entre taxa cobrada e taxa sustentável, ou aquela que estabelece o ponto de equilíbrio foi de quase 10% e é devida a fatores de mercado. Essa análise é subjetiva, pois considera fatores macroeconômicos e ambientais, como o comportamento do cliente. Como a aceitação da taxa poderá influenciar a demanda por crédito, o que realmente define o valor praticado é a experiência do gestor na análise da elasticidade da demanda<sup>11</sup>. Essa política é creditada ao fato de que, por um lado, o aumento da taxa acima desse valor estipulado implicaria em queda brusca nas liberações, enquanto uma redução não as faria aumentar a ponto de gerar uma economia de escala, pois suas despesas manter-se-iam nos patamares atuais e suas receitas, de acordo com os gestores, poderiam diminuir.

Também há que se considerar a função social da instituição que, embora já

---

11 Elasticidade da demanda mede a variação na quantidade procurada quando ocorre uma variação no preço. Assim, a elasticidade é uma medida de sensibilidade dos consumidores a variações no preço dos produtos.

seja cumprida com a simples disponibilidade de crédito àqueles que necessitam, deve-se pautar pela facilitação do pagamento ao tomador, o que, com menores taxas, tende a ser menos oneroso. Sendo assim, a taxa definida através dos cálculos serve de norte para a definição da taxa cobrada, embora não seja o fator fundamental. Essa política fica evidenciada nos demonstrativos do ano de 2008, tomados como base para os cálculos desse trabalho, no qual a taxa média ficou abaixo do ponto de equilíbrio.

Sendo assim, continuando essa prática de juros inferiores ao necessário, a sustentabilidade da instituição fica comprometida, havendo a necessidade de aportes de recursos externos a título de doação e subsídio para que ela continue suas operações no longo-prazo. A falta desses mecanismos impediu investimentos em tecnologia e infraestrutura por parte da entidade, além de diminuir a disponibilidade de dinheiro para as liberações de crédito, o que faria com que diminuísse sua capacidade de atendimento aos clientes, perdesse espaço de mercado, considerando a expansão dos bancos e que necessitasse de crescentes recursos de terceiros para sustentar sua carteira, o que e isso acarretaria em maiores custos financeiros.

A análise mostra que é o aumento no número de clientes, e não o tamanho da carteira, que implica no aumento das despesas. Esse fator é explicado pelo alto custo unitário do microcrédito que, por ser um valor pequeno emprestado, não contribui expressivamente para o aumento da carteira ativa. À medida que os valores liberados forem maiores, contribuirão de forma mais efetiva para aumentar os valores da carteira ativa e, por consequência, aumentar os rendimentos sobre os empréstimos. Dessa forma, será maior a possibilidade de ganhos de escala e alcance da sustentabilidade da instituição. Caso os valores dos empréstimos continuem baixos, provavelmente continuem os altos custos com as operações e, conseqüentemente, reduzidos retornos. Essa política, no entanto, iria de encontro ao fim social da organização, que tem por meta atender o maior número de clientes possíveis, disponibilizando crédito àqueles que ficam na mão de agiotas ou dependem da boa vontade de amigos. Esse dilema é o que enfrenta a instituição, pois, o quanto mais atinge sua finalidade, mais afetada fica sua sustentabilidade.

Graças a alguns recursos governamentais, frutos de convênios com a União,

destinados às OSCIPs de microcrédito, que visam a desenvolvê-las institucionalmente, a Portosol tem se mantido competitiva e com sua estrutura (automóveis, computadores etc) em bom estado. No entanto, esses recursos são escassos e são liberados em períodos específicos, isto é, com intervalos muitas vezes superiores a dois anos. Também são suscetíveis a vieses políticos, isto é, sua disponibilidade pode mudar de acordo com o governo. Isso demonstra a necessidade de a organização se tornar independente desse tipo de recurso, pois eles podem escassear ou mesmo esgotarem-se caso essa seja a vontade do governo.

## 8.1 RECOMENDAÇÕES

Em termos de produtos financeiros, as alternativas que se tornam viáveis para que a organização atinja a sustentabilidade, dadas as restrições legais impostas sobre seus produtos e serviços, tais como a proibição de captar recursos no mercado, que impede que ofereçam o serviço de poupança ou serviço de seguro para seus clientes restringem-se à adaptação da taxa que cobra pelos empréstimos. Há, porém, na opinião dos gestores, dificuldades de trabalhar com altas taxas. Haveria queda nas liberações, não proporcionando resultados positivos. Outras fontes de recursos podem ser consideradas, como a venda de licença do sistema SIP/Web ou prestação de consultoria. No entanto, essas atividades não são o fim da instituição e, portanto, a falta de especialização poderia ser um fator construtivo.

Conforme visto até o momento, uma saída, que fica de sugestão ao término deste trabalho, é que a instituição faça um *bankmarketing* junto a outras instituições semelhantes, com relação a novos caminhos que estejam tomando, tais como a descentralização de suas agências para o interior das comunidades-alvo. Essa atitude permitiria um maior conhecimento do cliente e maior facilidade de penetração junto a esse. Ainda é uma possibilidade a concentração das operações na metodologia de grupos solidários, que vêm mostrando resultados satisfatórios no norte do país, pois pode diminuir custos operacionais, já que concentra um maior número de clientes em uma mesma operação e tende a diminuir a inadimplência, além de diminuir o custo de transação.

Outra sugestão seria o de a organização balancear sua carteira entre faixas de crédito de maneira a diminuir o número de operações e aumentar o volume de recursos liberados por cliente. Isso manteria os custos operacionais controlados e permitiria à organização obter ganhos de escala. Embora essa estratégia fosse de encontro ao ideal de socialização do crédito, pois diminuiria o número de clientes atendidos, ela proporcionaria à instituição a continuidade às suas operações.

## 8.2 SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

Os resultados desse trabalho apontam para perspectivas de trabalhos futuros, principalmente no que tange a análise dos custos das organizações de microfinanças. Um maior aprofundamento no conhecimento sobre os elementos de custos podem indicar quais desses fatores estão colaborando de maneira mais expressiva no custo total, favorecendo uma intervenção pontual de forma a diminuí-los, barateando assim a operação.

Também seria de grande valia ampliação do estudo para outras organizações do setor. Dessa forma seria possível fazer comparativos entre as mesmas e obter-se similitudes e diferenças que poderiam proporcionar ferramentas para o desenvolvimento de ações conjuntas.

Outra possibilidade seria a comparação do comportamento da taxa com a demanda por microcrédito. Isso facilitaria às instituições a projeção dos resultados que obteriam de acordo com a taxa utilizada.

## REFERÊNCIAS

ALENCAR, M. F. C. R.. **Noções básicas sobre juros e o combate histórico à usura**. Jus Navigandi, Teresina, n. 1000, ano 10, 28 mar. 2006. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=8158>>. Acesso em: 03 jan. 2008.

ALVES, Sérgio Darcy da Silva; SOARES, Marden Marques. **Microfinanças: Democratização do Crédito no Brasil – Atuação do Banco Central. Banco Central do Brasil**. Brasília, 2006. Disponível em: <[www.bcb.gov.br/?DEMOCRED](http://www.bcb.gov.br/?DEMOCRED)>. Acesso em: 18 jul. 2006.

BANCO Central do Brasil – BCB. **Juros e spread bancário no Brasil**. 2007. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>> Acesso em: 11 out. 2009.

BANCO Central do Brasil – BCB. **Juros e spread bancário no Brasil**. 2002. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>> Acesso em: 11 out. 2009.

BARONE, Francisco Marcelo; SADER, Emir. **Acesso ao crédito no Brasil: evolução e perspectivas**. Rev. Adm. Pública. 2008, vol.42, n.6, pp. 1249-1267. ISSN 0034-7612.

BARONE, Francisco Marcelo E SADER, Emir. Acesso ao crédito no Brasil: evolução e perspectivas. Rev. Adm. Pública [online]. 2008, vol.42, n.6, pp. 1249-1267. ISSN 0034-7612. doi: 10.1590/S0034-76122008000600012.

BARONE, F.M.; LIMA, P.F.; DANTAS, V.; RESENDE, V. **Introdução ao microcrédito**. Banco Central do Brasil. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/public/microcredito/microcredito.pdf>> Acesso em: 08 out. 2009.

BARONE, Francisco Marcelo; ZOUA, Deborah Moraes. **Small business através do panóptico**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v41n2/10.pdf>> Acesso em: 10 set. 2009.

BRASIL. Lei n.10.194, de 14 de fevereiro de 2001a. Dispõe sobre a instituição de sociedades de crédito ao microempreendedor, altera dispositivos das Leis n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, n. 8.029, de 12 de abril de 1990, e n. 8.934, de 18 de novembro de 1994, e dá outras providências. Disponível em <[http://www.trt02.gov.br/geral/tribunal2/Legis/Leis/10194\\_01.html](http://www.trt02.gov.br/geral/tribunal2/Legis/Leis/10194_01.html)>. Acesso em: 01 de setembro de 2009.

BRUSKY, Bonnie; FORTUNA, João Paulo. **Entendendo a demanda para microfinanças no Brasil – um estudo qualitativo em duas cidades**. Rio de Janeiro: BNDES, 2002.

BRUETT, Tilman et al. **Manual de Técnicas de Gestão Microfinanceira: Programa de Desenvolvimento Institucional**. Rio de Janeiro: BNDES, 2002.

CALDAS, Eduardo de Lima. **Da Experiência do Microcrédito à Microfinança**. Santo André: Revista Diálogo Econômico Local (UTDEL), n.1, julho de 2003.

DANTAS, Valdi de Araújo. **A Tecnologia do Microcrédito Produtivo e Orientado**. Disponível em: <[http://www.mte.gov.br/pnmpo/tecnologia\\_do\\_mcpo\\_fomatado.pdf](http://www.mte.gov.br/pnmpo/tecnologia_do_mcpo_fomatado.pdf)> Acesso em: 10 set. 2009.

FERNANDO, Nimal A. **Understanding and Dealing with High Interest Rates on Microcredit - A Note to Policy Makers in the Asia and Pacific Region**. Manila, Philippines: ADB, 2006.

FORTE, Claudia Márcia de Jesus. **Estudo de caso comparativo entre Programas de Microcrédito na América Latina: o impacto socioeconômico nas mulheres das cidades de Bogotá e Recife**. Disponível em: <[http://www.mte.gov.br/pnmpo/estudo\\_caso\\_comparativo\\_america\\_latina.pdf](http://www.mte.gov.br/pnmpo/estudo_caso_comparativo_america_latina.pdf)> Acesso em: 10 set. 2009.

HORNGREN, Charles T. **Contabilidade de custos: um enfoque administrativo**. São Paulo: Atlas, 1986.

LEDGERWOOD, J. **Microfinance handbook: an institutional and financial perspective**. Washington, D.C.: Sustainable Banking with the Poor, World Bank, 1999.

MATOS, Franco de. **Avaliação comparativa das atividades de microcrédito Brasil e Bolívia**. Disponível em: <[http://www.usp.br/prolam/downloads/cadernos05\\_2003.pdf](http://www.usp.br/prolam/downloads/cadernos05_2003.pdf)> Acesso em: 11 set. 2009.

NICHTER, Simeon et al. **Entendendo as microfinanças no contexto brasileiro: Programa de Desenvolvimento Institucional**. Rio de Janeiro: BNDES, 2002.

PAINTER, Gary, TANG, Shui-Yan. The microcredit challenge: a survey of programs in California. *Journal of Developmental Entrepreneurship*, vol. 6, n.º 1, April, 2001.

PAIXÃO, Giórgio de Jesus da. **Rumo sustentável. O microcrédito no Brasil e na América Latina**. Disponível em: <<http://www.rumosustentavel.com.br/o-microcredito-no-brasil-e-na-america-latina/>> Acesso em: 13 ago. 2009.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1981. vol 2.

RICHARDSON, Roberto Jarry; PERES, J. A. S.; WARDELEY, J. C. V.; CORREIA, L. M.; PERES, M. H. M. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RIBEIRO, José Luis Duarte; ECHEVESTE, Márcia Elisa Soares; DANILEVICZ, Ângela de Moura Ferreira. **A utilização do QFD na otimização de produtos, processos e serviços**. Porto Alegre: FEEng / UFRGS, 2001.

ROSEMBERG, Richard. **Microcredit interest rate. Occasional Paper – CGAP, Washington DC, n. 1, revised, nov. 2002**. CGAP. Disponível em: <<http://www.cgap.org>> Acesso em: 31 de ago. 2009.

SALES, Joaília Neide de. et al. **Teoria das restrições: aplicações da contabilidade de ganhos em instituições financeiras – VI Congresso**. Disponível em [http://www.congressodecustos.com.br/texto/viewpublic?ID\\_TEXTO=1552](http://www.congressodecustos.com.br/texto/viewpublic?ID_TEXTO=1552). Acesso em: 10 set. 2009.

SEBRAE. Referências para a elaboração de um plano de negócio para a iniciação ou expansão de organizações de microcrédito, em especial no modelo ONG-OSCIP. SEBRAE. Disponível em <[http://201.2.114.147/bds/BDS.nsf/5060EBECF45788FF832572B900786D2F/\\$File/roteiro\\_plano\\_neg%C3%B3cio\\_microcredito2.pdf](http://201.2.114.147/bds/BDS.nsf/5060EBECF45788FF832572B900786D2F/$File/roteiro_plano_neg%C3%B3cio_microcredito2.pdf)> Acesso em: 08 set. 2009.

SECURATO, José Roberto; FAMA, Rubens. **Um procedimento para a decisão de crédito pelos bancos**. Rev. Adm. Contemp. Curitiba, v. 1, n. 1, Apr. 1997. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-65551997000100006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-65551997000100006&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 26 set. 2009.

SILVA, Hélio Eduardo da. **Microcrédito: Alguns conceitos básicos. O que é o Microcrédito**. Geranegocio. Disponível em: <<http://www.geranegocio.com.br/html/geral/microcredito/mcred.html>>. Acesso em: 10 nov. 2005.

SOUZA, M. C. M. Taxas de juros em operações de microcrédito: taxas subsidiadas versus taxas de mercado. Revista Desenbahia, p. 7-25, mar, 2006

SOUZA, M. C. M. Taxas de juros em operações de microcrédito: taxas subsidiadas versus taxas de mercado. Revista Desenbahia, p. 7-25, mar, 2006.

SOUZA, M. C. M. **Taxas de juros em operações de microcrédito: taxas subsidiadas versus taxas de mercado**. Revista Desenbahia, p. 7-25, mar, 2006

TOSCANO, Idalvo. **Bancos Populares de Desenvolvimento Solidário**. Instituto Polis. Disponível em: <[http://www.polis.org.br/artigo\\_interno.asp?codigo=40](http://www.polis.org.br/artigo_interno.asp?codigo=40)> Acesso em: 10 set. 2009.

TOSCANO, Idalvo. **Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado**. Disponível em: <<http://www.mcred.com.br/mcred/opiniaoidalvo.asp>>. Acesso em: 01

nov. 2005.

TOSCANO, Idalvo. **O PNMO decola? Prós e contra de uma política social de mercado, 2005.** Disponível em: <<http://www.mcred.com.br/mcred/artigo.3.asp>>. Acesso em: 01 out. 2009.

YUNUS, Muhammad. **O Banqueiro dos Pobres.** 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

YIN, R.R. **Case Study Research: Design and Methods.** California: Sage Publications, 1990.



## ANEXO – DRE (2008)

## INSTITUIÇÃO COMUNITÁRIA DE CRÉDITO PORTOSOL

## DEMONSTRATIVO DE RESULTADO DE 2008

	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	ACUMULADO
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>127.001,91</b>	<b>118.420,27</b>	<b>125.368,49</b>	<b>116.219,39</b>	<b>119.180,51</b>	<b>112.314,85</b>	<b>122.101,63</b>	<b>120.104,28</b>	<b>114.876,17</b>	<b>127.616,84</b>	<b>119.295,46</b>	<b>122.938,99</b>	<b>1.445.438,79</b>
<i>Operações de Crédito</i>	<b>115.821,66</b>	<b>109.232,20</b>	<b>116.665,40</b>	<b>108.208,32</b>	<b>111.299,55</b>	<b>104.803,20</b>	<b>114.918,39</b>	<b>113.198,69</b>	<b>108.087,06</b>	<b>121.100,28</b>	<b>114.839,30</b>	<b>117.953,38</b>	<b>1.356.127,43</b>
Rendimentos s/ Empréstimos - Crédito	67.780,13	65.032,77	70.489,91	64.567,34	64.815,18	62.786,40	64.464,41	66.966,01	66.096,18	70.143,09	70.076,26	73.327,33	806.545,01
Rendimentos s/ Empréstimos - Troca de Cheque	22.032,51	21.503,14	25.268,92	24.266,81	24.988,81	23.259,45	22.200,80	22.200,80	22.200,80	22.200,80	22.200,80	22.200,80	274.524,44
Taxa Administrativa - Crédito	867,65	801,23	856,32	1.035,09	1.068,62	996,56	1.167,04	1.099,75	1.155,71	1.549,80	3.765,39	1.731,04	16.094,20
Taxa Administrativa - Troca de Cheque	5.775,00	5.335,00	5.965,00	5.253,00	6.230,00	4.966,00	5.079,00	5.247,50	5.262,00	7.602,50	1.753,50	4.478,00	62.946,50
TAC	13.915,91	11.606,74	9.298,01	8.707,93	11.758,10	10.638,25	17.429,20	12.566,94	11.810,78	13.984,94	13.683,16	10.610,94	146.010,90
Reversão de Perdas Efetivas	5.450,46	4.953,32	4.787,24	4.378,15	2.438,84	2.156,54	4.577,94	5.117,69	1.561,59	5.619,15	3.360,19	5.605,27	50.006,38
<i>Operações no Mercado Financeiro</i>	<b>11.180,25</b>	<b>9.188,07</b>	<b>8.703,09</b>	<b>8.011,07</b>	<b>7.880,96</b>	<b>7.511,65</b>	<b>7.183,24</b>	<b>6.905,59</b>	<b>6.789,11</b>	<b>6.516,56</b>	<b>4.456,16</b>	<b>4.985,61</b>	<b>89.311,36</b>
Rendimento de Aplicação	9.566,32	8.274,66	7.766,95	7.008,79	6.897,45	6.431,41	5.965,59	5.722,23	6.049,05	6.332,91	2.442,43	976,16	73.433,95
Rendimento de Poupança	40,99	57,29	56,84	54,63	54,37	62,77	66,02	73,28	74,39	26,67	56,61	95,75	719,61
Rendimentos CDBs	1.572,94	856,12	879,30	947,65	929,14	1.017,47	1.151,63	1.110,08	665,67	156,98	1.957,12	3.913,70	15.157,80
<b>DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(23.852,31)</b>	<b>(21.946,40)</b>	<b>(21.347,16)</b>	<b>(17.690,79)</b>	<b>(26.172,18)</b>	<b>(18.639,00)</b>	<b>(21.973,92)</b>	<b>(19.455,26)</b>	<b>(20.782,69)</b>	<b>(21.318,43)</b>	<b>(25.413,61)</b>	<b>(14.741,57)</b>	<b>-253.333,32</b>
<i>Operações de Captação no Mercado</i>	<b>(9.957,00)</b>	<b>(9.701,01)</b>	<b>(9.466,82)</b>	<b>(7.242,79)</b>	<b>(13.977,48)</b>	<b>(9.406,99)</b>	<b>(6.391,84)</b>	<b>(6.602,28)</b>	<b>(8.504,13)</b>	<b>(6.519,22)</b>	<b>(10.488,07)</b>	<b>(5.626,53)</b>	<b>-103.884,16</b>
Juros Compensatórios	-6.646,85	(6.251,08)	-6.071,35	-5.143,55	-5.342,83	-4.561,65	-3.982,03	-4.003,84	-3.546,07	-3.321,36	-3.231,08	-2.988,77	(55.090,46)
IRRF de Aplicação Financeira	-1,33	-	-1.174,47	-	-6.059,43	-496,97	-	-	-2.546,78	-	-	-	(10.278,98)
IRRF s/ CDBs	-	(1.244,74)	-	-	-	-	-0,09	0,00	-	-307,07	-4.972,33	-261,36	(6.785,59)
Despesas Bancárias	-3.308,82	(2.205,19)	-2.221,00	-2.099,24	-2.575,22	-4.348,37	-2.409,72	-2.598,44	-2.411,28	-2.890,79	-2.284,66	-2.376,40	(31.729,13)
<i>Provisão p/Créditos em liq. Duvidosa - PCLD</i>	<b>(13.895,31)</b>	<b>(12.245,39)</b>	<b>(11.880,34)</b>	<b>(10.448,00)</b>	<b>(12.194,70)</b>	<b>(9.232,01)</b>	<b>(15.582,08)</b>	<b>(12.852,98)</b>	<b>(12.278,56)</b>	<b>(14.799,21)</b>	<b>(14.925,54)</b>	<b>(9.115,04)</b>	<b>-149.449,16</b>
Provisão para Crédito em Liq. Duvidosa - PCLD	-13.895,31	-12.245,39	(11.880,34)	(10.448,00)	-12.194,70	-9.232,01	-15.582,08	-12.852,98	-12.278,56	-14.799,21	-14.925,54	-9.115,04	(149.449,16)
<i>Perda com Sistema</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	<b>0,00</b>
Perda SIP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>103.149,60</b>	<b>96.473,87</b>	<b>104.021,33</b>	<b>98.528,60</b>	<b>93.008,33</b>	<b>93.675,85</b>	<b>100.127,71</b>	<b>100.649,02</b>	<b>94.093,48</b>	<b>106.298,41</b>	<b>93.881,85</b>	<b>108.197,42</b>	<b>1.192.105,47</b>
<b>OUTRAS RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(98.803,03)</b>	<b>(81.357,66)</b>	<b>(100.457,38)</b>	<b>(115.682,49)</b>	<b>(107.815,12)</b>	<b>(107.391,07)</b>	<b>(117.421,25)</b>	<b>(127.918,15)</b>	<b>(114.397,60)</b>	<b>(107.386,73)</b>	<b>(99.087,61)</b>	<b>(104.403,25)</b>	<b>-1.282.121,34</b>
Receitas com Licenciamento SIP/SIPWEB	-	9.994,39	-	-	-	-	-	-	2.075,86	-	0,00	0,00	12.070,25
Receitas com Multas Moratórias - Crédito/Troca de Cheque	2.496,81	2.494,23	2.335,96	2.651,76	2.807,60	2.213,51	2.583,92	2.381,23	2.338,05	2.485,82	1.970,23	2.865,08	29.624,20
Receitas com Juros Moratórios - Crédito/Troca de Cheque	7.863,99	9.060,56	7.007,62	7.025,10	8.421,24	5.113,57	9.923,10	2.539,69	5.409,91	9.314,99	6.680,31	-1.603,74	76.756,34
Receitas Eventuais	270,07	269,43	200,63	189,19	164,35	160,70	222,63	460,87	241,83	265,77	286,66	428,53	3.160,66
Descontos Recebidos	421,35	421,35	421,35	421,35	421,35	421,35	421,35	421,35	421,35	421,35	464,58	473,22	5.151,30
Descontos Concedidos	-2.336,61	-1.304,40	-1.158,73	-434,33	-578,82	-643,89	-1.964,44	-3.372,33	-986,47	-1.365,85	-346,67	-2.435,44	(16.927,98)
Despesa com Pessoal	-53.740,18	(45.754,91)	(53.947,06)	(63.585,63)	(63.804,11)	(61.225,34)	(62.401,12)	(72.844,15)	(60.629,26)	(57.789,80)	(53.744,00)	(53.552,93)	(703.018,49)
Despesa com Benefícios	-15.483,49	(15.855,25)	(16.100,52)	-15.955,01	-16.009,90	-16.236,03	-16.872,49	-16.238,88	-17.121,35	-16.208,88	-15.323,72	-14.492,77	(191.898,29)
Despesas Administrativas	-33.554,04	(35.465,98)	(34.754,80)	(41.793,01)	(34.667,64)	(33.043,53)	(44.446,66)	(36.879,78)	(41.646,49)	(39.523,29)	(34.525,41)	(31.785,61)	(442.086,24)
Despesas Tributárias	-4.740,93	(5.217,08)	(4.461,83)	(4.201,91)	(4.569,19)	(4.151,41)	(4.887,54)	(4.386,15)	(4.501,03)	(4.986,84)	(4.549,59)	(4.299,59)	(54.953,09)
Encargos Tributários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>4.346,57</b>	<b>15.116,21</b>	<b>3.563,95</b>	<b>(17.153,89)</b>	<b>(14.806,79)</b>	<b>(13.715,22)</b>	<b>(17.293,54)</b>	<b>(27.269,13)</b>	<b>(20.304,12)</b>	<b>(1.088,32)</b>	<b>(5.205,76)</b>	<b>3.794,17</b>	<b>-90.015,87</b>
<b>OUTRAS RECEITAS / DESPESAS NÃO OPERACIONAIS</b>	<b>-383,06</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-47,88</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-430,94</b>
Outras Receitas Não Operacionais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Não Operacionais	-383,06	-	-	-47,88	-	-	-	-	-	-	-	-	(430,94)
<b>SUPERÁVIT / DÉFICIT</b>	<b>3.963,51</b>	<b>15.116,21</b>	<b>3.563,95</b>	<b>(17.201,77)</b>	<b>(14.806,79)</b>	<b>(13.715,22)</b>	<b>(17.293,54)</b>	<b>(27.269,13)</b>	<b>(20.304,12)</b>	<b>(1.088,32)</b>	<b>(5.205,76)</b>	<b>3.794,17</b>	<b>-90.446,81</b>